



**SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# **Clipping Local e Nacional On-line**

Nesta edição **12 matérias**

**Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM**

**Manaus, segunda-feira, 20 de junho de 2011**

<b>O ESTADO DE SÃO PAULO</b> VITÓRIA PARCIAL CONTRA SUBSÍDIOS ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	1
<b>VALOR ECONÔMICO</b> CENÁRIO EXTERNO: ALERTA AMARELO OU VERMELHO? ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	2
<b>VALOR ECONÔMICO</b> RITMO MENOR NA INDÚSTRIA DESACELERA IMPORTAÇÃO DE INSUMOS..... VEICULAÇÃO NACIONAL	4
<b>VALOR ECONÔMICO</b> ARGENTINA PLANEJA REDUZIR DÉFICIT AUTOMOTIVO EM 65% ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	6
<b>VALOR ECONÔMICO</b> A INFLAÇÃO E O CRESCIMENTO ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	7
<b>VALOR ECONÔMICO</b> A QUESTÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	11
<b>VALOR ECONÔMICO</b> DILMA SURPREENDE GOVERNADORES NA ARTICULAÇÃO ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	13
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> A CHINA DOS PRÓXIMOS CINCO ANOS E SEU IMPACTO PARA O BRASIL ..... VEICULAÇÃO NACIONAL	15
<b>CORREIO BRAZILIENSE</b> QUEM SE IMPORTA COM O PRODUTO NACIONAL?..... VEICULAÇÃO NACIONAL	17
<b>BRASIL ECONÔMICO-SP</b> DISPUTA NO CONGRESSO AMERICANO AMEAÇA COMÉRCIO COM O BRASIL..... VEICULAÇÃO NACIONAL	19
<b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b> Importações disparam na Zona Franca de Manaus..... VEICULAÇÃO NACIONAL	20
<b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b> Red Bull quer montar fábrica no Brasil, e Manaus é candidata..... VEICULAÇÃO NACIONAL	21

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>VITÓRIA PARCIAL CONTRA SUBSÍDIOS</b>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo e o agronegócio brasileiros têm novos motivos tanto para festejar quanto para lamentar decisões políticas tomadas em Washington nos últimos dias. O governo americano decidiu acatar, sem recorrer, a decisão de juízes da Organização Mundial do **Comércio** (OMC) contra medidas antidumping aplicadas à **importação** de suco de laranja proveniente do Brasil. Além disso, o Senado aprovou em Washington a extinção do subsídio aos produtores de álcool dos Estados Unidos e da tarifa cobrada sobre o etanol brasileiro. A má notícia veio da Câmara de Representantes, onde foi derrubado o pagamento anual de US\$ 147 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão, destinado a compensar o subsídio concedido aos produtores e **exportadores** americanos.

No caso do suco de laranja, o painel de juízes da OMC condenou a fórmula usada pelo governo americano para calcular a margem de dumping de produtos estrangeiros. Essa fórmula, conhecida como "zeramento" (zeroing), exclui as operações de venda com preços acima do valor normal no **mercado** de origem. Como são consideradas somente as **exportações** com valores abaixo do normal, a margem de dumping é inflada.

O painel condenou essa prática em decisão divulgada no dia 25 de março. O governo dos Estados Unidos poderia recorrer até sexta-feira, 17 de junho, mas preferiu encerrar a controvérsia. Com isso ganharam também outros nove países-membros da OMC. Segundo o Itamaraty, a decisão americana "reforça o sistema multilateral de **comércio**, em geral, e o mecanismo de solução de controvérsias da OMC, em particular". As autoridades americanas terão nove meses para aplicar a decisão do painel.

O outro fato positivo, a votação no Senado sobre a **produção** e o **comércio** de etanol, foi saudado pela presidente Dilma Rousseff como vitória do Brasil. Os senadores decidiram por 73 votos favoráveis e 27 contrários eliminar o subsídio de US\$ 0,45 pago por galão de etanol misturado à gasolina e a tarifa de US\$ 0,54 cobrada sobre cada galão **importado**. O Brasil, eficiente produtor de álcool, seria o maior beneficiário da abertura do **mercado** americano. Mas a

presidente Dilma Rousseff moderou sua demonstração de entusiasmo com uma ressalva: não saberia dizer se a votação dos senadores terá efeito prático. Mas o fato, segundo ela, tem pelo menos um valor simbólico.

A cautela da presidente é facilmente justificável. O assunto será submetido a uma segunda votação no Senado, porque o dispositivo aprovado foi incluído num projeto sobre incentivos federais a certas áreas dos Estados Unidos. Se a decisão for mantida pelos senadores, ainda poderá ser derrubada na Câmara de Representantes. Enquanto isso, lobbies favoráveis e contrários aos subsídios e às barreiras continuarão trabalhando para conquistar os parlamentares.

Senadores do Partido Republicano puderam usar um argumento financeiro para defender a mudança da política do etanol. É preciso reduzir gastos para diminuir o déficit público. O debate sobre os subsídios envolve tanto a questão fiscal quanto a independência energética e a **produção** de energia limpa.

Na Câmara, o movimento a favor da redução de gastos produziu efeito contrário aos interesses brasileiros.

Ao passar a tesoura nas despesas programadas, a maioria dos deputados acabou cortando os US\$ 147 milhões pagos anualmente ao Instituto Brasileiro do Algodão.

Esse pagamento foi acertado entre os dois governos depois da condenação dos subsídios americanos pelo painel da OMC. A ação foi aberta pelo **Brasil** em 2002. Com a decisão dos juízes, o governo americano deveria suspender os pagamentos considerados ilegais ou submeter-se a uma retaliação comercial. Os pagamentos foram mantidos e, para evitar a retaliação autorizada pela OMC, as autoridades dos Estados Unidos combinaram pagar uma compensação a favor dos produtores de algodão do Brasil.

Quebrado o acordo, o governo brasileiro terá o direito de retaliar e a Casa Branca informou aos congressistas esse detalhe. A retaliação é a pior saída para todos. Mas compromissos internacionais nem sempre têm valor para congressistas americanos.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>CENÁRIO EXTERNO: ALERTA AMARELO OU VERMELHO?</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Vera Saavedra Durão

As incertezas do cenário internacional voltaram a inquietar investidores estrangeiros que aterrissaram no Brasil dispostos a colocar alguns bilhões de **dólares** aqui em projetos de grande porte. "O mundo está esfriando", disse, temeroso, um alto executivo de multinacional durante um almoço de negócios em que discorria sobre os planos de sua empresa de construir uma planta industrial no país, com custo estimado de quase US\$ 4 bilhões. "Os Estados Unidos e a China começam a perder velocidade, a Europa está um caos e o câmbio por aqui está complicado. Será que desta vez a crise internacional vai bater no Brasil?", indagava, apreensivo.

A resposta a tal questão é considerada uma incógnita pela economista Maria da Conceição Tavares. Ela admite estar preocupada com o **mercado** internacional, e não descarta outra crise global em 2012. "Em 2008, a crise bateu leve no **Brasil**. Agora, não faço a menor ideia se teremos a mesma capacidade de nos defender. O mundo não está igual ao que era. Fica difícil a gente prever o que vem por aí. Até o momento o investimento privado está subindo, segundo o **BNDES**, a inflação não se descontrolou, mas o balanço de pagamentos está mal. Estou preocupada com juro, balanço de pagamentos e correção do câmbio". A economista alerta para o fato de que os próprios americanos vão ter que corrigir o câmbio. "Acho que só faremos isso se houver crise. Por enquanto, estamos empurrando com a barriga".

Deterioração das contas externas é o maior risco do Brasil O maior risco que o **Brasil** corre, caso haja um aprofundamento da crise global, é de uma deterioração nas contas externas, ampliando o déficit em conta corrente, que no acumulado de 12 meses até maio foi de 2,25% do **PIB**. Luiz Fernando de Paula, professor de economia da UERJ e presidente da Associação Keynesiana Brasileira, relata que o economista e ex-ministro Mario Henrique Simonsen tinha uma medida para o déficit em conta corrente. "Ele dizia que entre 2% e 4% do **PIB** o déficit acende uma luz amarela. Mas de 4% em diante é crítico e pode dar crise cambial". Atualmente, o déficit é financiável. "Mas se as **exportações** de commodities caírem, o déficit pode aumentar, gerando vulnerabilidade externa, principalmente se avançar para 4% a 4,5% do **PIB**."

Aí acende a luz vermelha", alerta. "O real apreciado em algum momento vai dar pau", pressagia.

Uma retração no preço das commodities, que hoje respondem por 70% na pauta de **exportações** brasileiras, não é impossível. "Isso não está afastado em 2012", prevê José Augusto de Castro, presidente em exercício da Associação de **Comércio** Exterior do **Brasil** (AEB). Castro teme que a crise europeia e a lenta recuperação dos Estados Unidos, somadas a uma desaceleração moderada da economia chinesa - às voltas com inflação -, possam antecipar o fim do ciclo virtuoso das commodities, que começou há dez anos.

Este ano, a AEB trabalha com um superávit comercial de US\$ 26 bilhões, semelhante ao de 2010. "O que segura esta performance são produtos como soja, café, açúcar, minério", informa Castro, lamentando a reprimarização da pauta de **exportações**. A presença dos manufaturados vem encolhendo e hoje ocupa uma fatia de apenas 28% nas vendas externas do país.

Na crise de 2008, o **Brasil** escapou quase ileso do tsunami financeiro que abalou o planeta e passou a ser visto como um locus privilegiado para investimentos estrangeiros. A política anticíclica aplicada pela equipe econômica do então presidente Lula, incluindo o **BNDES** e o Banco Central, deu certo. De meados de 2009 e em 2010 os **dólares** correram para cá, não apenas atraídos pelas operações de arbitragem por conta do juro alto, mas também para financiar inversões diretas. O Produto Interno Bruto (**PIB**) cresceu vigorosos 7,5%, puxado pelo consumo das famílias e pelo investimento.

Karl Marx escreveu que "a história se repete como farsa". Se isso de fato acontece, os investidores têm razão ao se questionar sobre o tipo de impacto que uma nova crise internacional teria sobre a economia no governo Dilma.

A última ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada pelo BC na quinta-feira já sinalizou que a autoridade monetária está ligada na questão "das incertezas crescentes no cenário externo, "com efeitos ambíguos sobre a inflação doméstica".

No **mercado**, alguns analistas já projetam que a taxa Selic poderia chegar a 13% até o fim do ano, mas a ata do Copom indica que o movimento pode ser diferente caso ocorra

uma deterioração da economia global no curto prazo. Para o BC isso se configuraria com um movimento do câmbio para cima (desvalorização cambial) e preços das commodities para baixo, aumento de spread e encurtamento de prazos decorrentes de redução da liquidez internacional para o crédito doméstico, com conseqüente esfriamento da economia.

Na sexta-feira, o FMI divulgou as novas projeções de crescimento em 2011. O mundo deve crescer 4,3% ante 4,4% projetados em abril. A taxa de expansão da economia

americana encolheu para 2,5% contra 2,8% em abril e a Zona do Euro teve a estimativa revista para cima: 2% ante 1,6% projetados no início do segundo trimestre. A previsão para a China se manteve em 9,6%. Para o **Brasil** declinou para 4,1% ante 4,5% anteriores.

Vera Saavedra Durão é repórter especial. O titular coluna, Sergio Leo, está em férias E-mail vera.durao@valor.com.br

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>RITMO MENOR NA INDÚSTRIA DESACELERA <u>IMPORTAÇÃO</u> DE INSUMOS</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Marta Watanabe | De São Paulo

O volume das importações brasileiras está crescendo em ritmo mais fraco. O quantum do total desembarcado aumentou em 14,1% no acumulado dos cinco primeiros meses, na comparação com o mesmo período de 2010. A elevação foi bem mais moderada que a verificada de janeiro a maio do ano passado em relação aos mesmos meses de 2009, quando a alta no volume de importação chegou a 40%. O aumento mais contido das quantidades importadas resultou principalmente da redução no ritmo de desembarques de bens intermediários e de combustíveis, responsáveis por 70% das importações totais do Brasil. Os intermediários (insumos e matérias-primas) representam quase 50%.

A perda de fôlego na importação de combustíveis e, principalmente de intermediários, está relacionada à desaceleração da produção industrial nos cinco primeiros meses de 2011. Com ritmo menor de crescimento em relação ao ano passado, a produção industrial chegou a ter queda de 2,1% em abril na comparação com março, com ajuste sazonal, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O efeito da menor expansão do volume no valor das importações não foi tão grande em razão da alta de preços nos desembarques. Em situação inversa do que ocorreu no ano passado, o ritmo de crescimento dos preços aumentou.

De janeiro a maio de 2011, o preço médio do total das importações cresceu 13,4% na comparação com os primeiros cinco meses do ano passado. Trata-se de uma variação maior que a do ano anterior. Levando em conta os mesmos meses, de 2009 para 2010 o crescimento de preços médios na importação foi de apenas 2,8%.

"Há uma mudança importante nas importações em relação ao ano passado", diz Fernando Ribeiro, economista-chefe da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). Em termos de volume, as importações neste ano vêm crescendo menos do que em 2010, enquanto os preços têm aumentando mais rapidamente. No ano passado, aconteceu o inverso. A alta de preços nos desembarques foi pequena, enquanto o volume disparou.

A desaceleração no volume importado neste ano deve-se, diz Ribeiro, principalmente ao menor crescimento nos desembarques de bens intermediários e combustíveis. No acumulado de janeiro a maio, o volume dos desembarques de intermediários cresceu 10,8% em relação ao mesmo período do ano passado. O volume de importação de combustíveis ficou praticamente estável, com queda de 0,2%. Os dois desempenhos ficaram abaixo da média de 14,1% de crescimento no volume do total importado.

Ao contrário dos bens de consumo e dos bens de capital, a importação de bens intermediários é menos sensível ao câmbio e ao preço. "A troca de fornecedor para intermediários é mais difícil e demorada, e a compra desse tipo de bem acompanha a evolução da produção industrial", diz Ribeiro.

Para o economista, é possível que alguns bens acabados produzidos pela indústria nacional estejam perdendo mercado para os vindos de fora. Mesmo que seja uma perda de mercado relacionada à elevação de vendas em razão da demanda doméstica. Isso ajuda a explicar o comportamento inverso dos desembarques de bens de capital e bens de consumo duráveis e não duráveis. Essas categorias continuam com crescimento forte, de 28%, 36% e 19,9%, respectivamente, no acumulado de janeiro a maio, na comparação com o mesmo período de 2010.

Para Ribeiro, o desempenho da importação de combustíveis tem explicação semelhante. "A diferença fica por conta da tendência nos últimos anos de redução da importação desse item, já que o Brasil tem se tornado menos dependente da compra de petróleo de outros países."

Sílvio Campos Neto, economista da Tendências Consultoria, acredita que a expansão menor na importação de intermediários deve prosseguir até o fim do ano. "O real valorizado frente ao dólar e a renda relativamente elevada ainda devem manter o crescimento maior no volume de importação de bens de capital e de consumo, embora o ritmo deva se reduzir um pouco no segundo semestre."

A tendência também deve manter-se em relação aos preços, acredita Campos Neto. Ele lembra que a atual alta de preços de importação é na verdade resultado de uma

recomposição. "Os preços caíram muito no pós-crise, em 2009 e no início de 2010."

A recuperação, lembra ele, começou a acontecer durante o segundo semestre do ano passado, refletindo não só a elevação de preços das commodities agrícolas e metálicas, que acabam tendo reflexo em intermediários e também em

produtos acabados como bens de consumo e bens de capital. Há também o repasse da inflação, com elevação de preços por conta do retorno de demanda de **mercados** internacionais tradicionais, como da Europa e Estados Unidos. "Não se trata de uma demanda exuberante, mas já há um início de recuperação e de demanda maior que o do pós-crise."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>ARGENTINA PLANEJA REDUZIR DÉFICIT AUTOMOTIVO EM 65%</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Daniel Rittner | De Buenos Aires**

**O governo argentino espera reduzir em mais de 65% o déficit comercial da indústria de automóveis e autopeças, graças aos 11 acordos negociados com as montadoras. A estimativa do Ministério da Indústria é que, dos US\$ 6 bilhões registrados no ano passado, o déficit setorial caia para US\$ 2 bilhões em 2012.**

Os acordos envolvem também montadoras tradicionais no país, que foram "convidadas" a aumentar seus investimentos e incorporar mais componentes nacionais para não enfrentar dores de cabeça com a importação dos modelos produzidos fora da Argentina. General Motors, Mercedes-Benz, Peugeot Citroën, Volkswagen, Fiat e Ford fizeram acordos com o governo - entre as indústrias que já possuem fábricas instaladas na Argentina.

A GM foi a última a entrar em entendimento, anunciado na semana passada, após reunião dos diretores da empresa com a presidente Cristina Kirchner. A multinacional americana deverá investir quase US\$ 150 milhões, em um prazo de dois anos, na sua fábrica em General Lagos, Província de Santa Fé. A produção, que foi de 127,8 mil veículos em 2010, terá um incremento de 25%. A previsão é que o quadro de funcionários passe dos atuais 3,3 mil para 3,9 mil.

Saem da fábrica argentina os modelos Classic e Agile que seguem para venda no mercado brasileiro. O compromisso da GM inclui o aumento das compras de peças argentinas em quase US\$ 150 milhões, de 965 milhões de pesos para 1,5 bilhão de pesos. "Estamos trabalhando fortemente com os fornecedores locais", disse ao Valor o diretor de comunicações da montadora na Argentina, Bernardo García.

Para o executivo, "fica claro que o governo está buscando diferentes estratégias para reduzir o déficit da indústria automotiva". A Volkswagen, por exemplo, prometeu sair de um saldo comercial negativo em US\$ 816 milhões para um superávit de US\$ 538 milhões, em dois anos.

Já a Fiat disse que fabricará um novo modelo de automóvel na fábrica de Córdoba, o que abrirá um novo turno de trabalho, e aumentará suas exportações de US\$ 1,150 bilhão para US\$ 2 bilhões no período entre 2010 e 2012. Além disso, fará investimentos para substituir importações de máquinas agrícolas da Case New Holland (CNH) e a Iveco fabricará mais caminhões

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A INFLAÇÃO E O CRESCIMENTO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Fernando J. Cardim de Carvalho | De São Paulo**

**Dezessete anos se passaram desde a criação do Real e o enterro definitivo do regime de alta inflação que prevaleceu na economia brasileira desde o fim dos anos 60. Nesses anos, a economia brasileira foi submetida a diversos choques, provindos das crises de balanço de pagamentos nos países emergentes nos anos 90, do colapso do regime cambial brasileiro em 1999, da primeira eleição de Lula em 2002, de vários episódios de alta de preços de matérias-primas e alimentos importados e/ou produzidos no país e, mais recentemente, da crise internacional iniciada nos Estados Unidos, em 2007.**

Episódios que geraram preocupação com uma eventual aceleração da inflação doméstica, mas que, afinal, acabaram se dissipando sem deixar marcas mais duradouras no comportamento da economia. Desde o fim do ano passado, vive-se outro desses momentos, resultado de um conjunto variado de elementos, que vão de mais um forte choque nos preços internacionais de commodities a pressões de demanda doméstica.

Muitos exemplos nos demonstram que grandes catástrofes deixam marcas profundas na memória coletiva e alimentam temores que podem ir muito além do racional. É impossível entender o momento macroeconômico brasileiro sem se levar em conta a persistência do temor da alta inflação, tanto entre as autoridades de governo quanto do público em geral. Ameaças que em outros países poderiam ser vistas como moderadas, tendem a ser magnificadas quando vistas através do prisma do medo do retorno da inflação.

A economia brasileira tem se notabilizado, desde 1994, pelo extraordinário sucesso em manter a inflação dentro de intervalos estreitos em paralelo a um desempenho pobre em termos de crescimento econômico.

Os dois governos FHC foram marcados pela semiestagnação. Os dois governos Lula foram caracterizados por um desempenho melhor, mas ainda assim fundamentalmente medíocre. É na sustentação do crescimento econômico, portanto, que se encontra o nó da política macroeconômica.

**"Política de câmbio valorizado tem estimulado o investimento, embora promova a desindustrialização."**

O Plano Real apoiou-se em uma combinação de instrumentos que já tinha demonstrado sua eficácia em outras experiências. A valorização do real em um contexto de liberalização de importações tem sido, exceto por breves períodos após a crise de 1998, um elemento essencial da estratégia de estabilização de preços implementada desde 1994.

A ameaça de perda de mercados para produtos importados mais baratos conteve as tentativas de recuperação de margens de produtores locais em um cenário em que trabalhadores pareceram satisfeitos com o efeito positivo da estabilidade de preços sobre suas rendas reais (ou suficientemente assustados com a aceleração inflacionária de 1993/1994 para não demandar a reposição de seus picos de renda anteriores).

Essa estratégia sempre foi extremamente eficaz no controle de preços, ao custo, porém, de um efeito colateral importante: a valorização da moeda local cria problemas de competitividade, doméstica e externa, de produtores locais, refletida em déficits crescentes de transações correntes e acumulação de dívidas com emprestadores externos, que conduziram, via de regra, a crises de balanço de pagamentos.

A valorização da moeda local exigiu a manutenção de altas taxas de juros domésticas para atrair capitais externos (e manter no país os capitais domésticos, em um contexto de crescente liberalização da conta de capitais). Os defensores dessa política esperavam que a economia reagisse a essas pressões pelo aumento da produtividade. O saldo final da política, porém, foi visto no final de 1998, quando o balanço de pagamentos brasileiro implodiu e forçou o abandono do regime cambial adotado no início de 1995, em favor da flutuação cambial, e da adoção do regime de metas inflacionárias.

Os instrumentos mudaram, mas os dilemas não. Com câmbio flutuante, sob o regime de metas inflacionárias, o Banco Central continuou a se apoiar fortemente na valorização do real como canal de transmissão das altas da taxa Selic para os preços.

Altas taxas de juros, atração de capitais externos, valorização do real, redução do preço de produtos **importados**, de consumo ou de capital, parecem ter sido o mecanismo essencial de transmissão da política monetária em uma economia em que os canais mais tradicionais, voltados para a redução de investimentos privados e do consumo de duráveis, se tornaram menos eficazes como parte das heranças deixadas pela alta inflação.

Mas o mecanismo de transmissão via câmbio reproduz, de forma ligeiramente diversa, os problemas dos primeiros tempos do real. Apesar da influência positiva sobre investimentos, pelo barateamento de bens de capital **importados**, o impacto líquido dessa política foi promover a chamada, talvez com algum exagero, desindustrialização, o emagrecimento relativo da **produção** local de manufaturados e da participação de manufaturados na pauta de **exportações**.

**"Os controles de capitais foram demonizados, mas eles contêm crises de balanço de pagamentos."**

Essa política é danosa para o país em muitos aspectos, suficientemente conhecidos para dispensar listagem. Apenas a miopia e a inércia podem justificar trocar as perspectivas de futuro pelos ganhos de curto prazo que a concentração da **produção** e **exportação** de matérias primas pode render.

Alem disso, há algum tempo que se acumulam sinais de que esse mix de políticas está se esgotando, com os efeitos colaterais negativos se sobrepondo aos positivos. A valorização do real parece estar encontrando seus limites. Os diferenciais existentes de juros domésticos sobre os externos já são grandes o suficiente para atrair volumes muito elevados de moeda estrangeira, independentemente de novas elevações de juros. As entradas de moeda estrangeira ou se convertem em pressões adicionais para a valorização do real ou em aumentos da liquidez doméstica, no caso em que o Banco Central tenta esterilizar esses influxos.

A expectativa de economistas ortodoxos era de que a entrada de capitais seria eventualmente detida pela emergente expectativa de uma desvalorização cambial no futuro, que acabasse por compensar o diferencial positivo de juros, eliminando, em equilíbrio, as vantagens da aplicação financeira no país.

No caso brasileiro dos últimos anos, porém, prevalece o desequilíbrio: as pesadas entradas de moeda estrangeira levam à antecipação de mais entradas no futuro (especialmente quando se tem em conta as enormes

dificuldades com que se debatem os EUA e a União Europeia) e, assim, de valorização ainda mais intensa do real. Nessas condições, ganha-se duplamente, nos juros pagos em reais, e na valorização do real.

A política monetária opera de dois modos. Por um lado, ela contribui, junto com a política fiscal, para evitar choques de demanda agregada. O governo opera, pela política fiscal, diretamente sobre a renda do público; pela política monetária, por meio do uso que o público faz dela, adquirindo bens ou ativos financeiros. Em tese, é difícil mas não impossível ajustar a demanda agregada à capacidade produtiva do país de modo a evitar seja o desemprego, seja a inflação de demanda, pela combinação apropriada de instrumentos monetários e fiscais. Se houver restrições sobre a flexibilidade de um dos instrumentos, o outro pode ser utilizado para contrabalançar, em direção contrária, a pressão que se estiver exercendo.

Alem de prevenir choques de demanda, a política monetária (como também a fiscal) pode controlar a propagação de choques de oferta, como no caso de altas de preços de matérias primas **importadas** ou de escassez de produtos resultante de catástrofes naturais. A política de administração de demanda não tem como evitar esses choques.

Mas se os preços de matérias-primas **importadas** aumentam, aqueles que sofrem esse impacto de forma mais imediata tentarão repassar a redução de sua renda para outros grupos da sociedade, aumentando os preços do que quer que vendam para eles. A política de esfriamento da demanda desestimula o repasse dessas pressões, impedindo a propagação do choque inicial pelo restante da economia. Quando isso acontece, o desemprego e a redução do nível de atividades são mais do que efeitos colaterais inevitáveis: eles são o próprio mecanismo de operação da política.

É isto que torna o mecanismo de transmissão via câmbio tão atraente, pois ele permite ocultar o preço que a sociedade tem de pagar para manter a inflação dentro de certos intervalos. No curto prazo, todos parecem ganhar (exceto, naturalmente, os setores manufatureiros que competem mais diretamente com **mercado**rias estrangeiras, aqui e no exterior), seja pela inflação controlada, seja pelo acesso a bens **importados**, enquanto a perda de substância na estrutura produtiva e a piora da situação do balanço de pagamentos parecem interessar a poucos.

Como o acúmulo de reservas internacionais dos últimos anos ampliou, sem dúvida alguma, a margem de manobra das

autoridades, a vida tornou-se difícil para as Cassandras que apontam os riscos dessa estratégia no médio e longo prazos. Não se trata realmente de ideologias, liberais ou quaisquer outras.

Como já mencionado, essa política parece estar encontrando seus limites. Impedida de impactar a economia através da valorização cambial, a política monetária dependerá mais e mais de seus efeitos sobre o nível de atividade e o emprego, inibindo as pressões de firmas que querem aumentar preços e trabalhadores que querem aumentar salários. Os mecanismos de transmissão tradicionais da política monetária no Brasil, contudo, são truncados em muitos pontos, aumentando o custo social de seu eventual sucesso.

Mas uma estratégia de estabilização da inflação que minimizasse os seus efeitos negativos sobre o crescimento deveria se apoiar em três pilares. A ordem em que eles são apresentados a seguir obedece mais às ênfases do debate corrente do que à importância intrínseca de cada instrumento. Todos os elementos são na verdade igualmente essenciais.

Com relação à política monetária, é preciso ter-se sempre em mente que ela atua através da indução ao gasto e da sua facilitação. Taxas de juros baixas estimulam mais gastos, já que o custo de oportunidade da compra de bens diminui. Mas instrumentos que hoje se chamam de macroprudenciais exercem efeito semelhante, não pela indução ao gasto, mas pelo lado da facilitação desse mesmo gasto. Tetos de crédito, especialmente quando incorporados em valores de prestações mais altas, têm uma história de sucesso no controle do consumo no Brasil. O racionamento de crédito, em geral, tem o efeito contracionista que se deseja, quando se quer reduzir a inflação, mas sem os efeitos negativos da elevação da taxa de juros.

Por outro lado, o aumento da eficácia da política monetária depende da eliminação das formas de indexação que sobreviveram ao Plano Real. Aqui se incluem desde a indexação de contratos de várias naturezas, inclusive de tarifas por serviços públicos privatizados, a formas de remuneração. A indexação formal deve ser permitida somente para contratos de duração realmente longa, como em certos tipos de títulos públicos demandados por entidades como fundos de pensão.

De qualquer modo, deveria caber à política fiscal a principal responsabilidade pela regulação da demanda agregada. Consolidou-se no período da chamada preeminência neoliberal a ideia de que a política fiscal é

inerentemente ineficiente como instrumento de administração de demanda agregada, sem que realmente se tivesse qualquer evidência empírica sólida disso, antes pelo contrário. Para que a política fiscal possa, no entanto, exercer realmente esse papel, é preciso recuperar sua eficiência e sua maleabilidade. O ponto de partida deve ser a clara separação entre as funções normais do estado, a prestação dos serviços cujo financiamento deve ser garantido rotineiramente através da coleta de impostos, e as funções extraordinárias, como, por exemplo, as iniciativas de natureza anti-cíclica, cujo financiamento não precisa nem deve obedecer a uma lógica contábil, mas, sim, à lógica econômica.

O terceiro pilar diz respeito ao câmbio, e tem implicações fundamentais para o funcionamento da economia como um todo, no curto como no longo prazos. Durante muito tempo, controles de capitais foram demonizados por alguns analistas, caracterizados como instrumentos estatizantes de inspiração soviética, ou como formas de violação dos direitos sagrados de investidores de colocar seu dinheiro onde quisessem.

Controles de capitais nada mais são que instrumentos de regulação financeira, que buscam conter externalidades negativas resultantes da entrada e saída de moeda estrangeira: entradas excessivas valorizam o câmbio e causam os desequilíbrios que vemos no Brasil; saídas excessivas criam crises de balanço de pagamentos como as que experimentamos em nosso passado recente, em 1999 e em 2002.

Com contas de capitais abertas como são, na prática, as brasileiras, transações com ativos financeiros são um determinante muito mais importante das taxas de câmbio do que as transações comerciais, que têm efeito direto sobre a renda e o emprego da sociedade. Controles de capitais servem para conter aquelas transações quando elas forem incompatíveis com a manutenção do nível de atividades desejado, permitindo a administração mais eficaz da taxa de câmbio de acordo com as necessidades de crescimento e transformação produtiva do país.

Há todo um conjunto fundamental de iniciativas e reformas que são necessárias para viabilizar a expansão radical do investimento privado no Brasil, diminuindo o custo de financiamentos, diversificando seus canais, ampliando sua capilaridade, e estendendo seu alcance. Além disso, há que considerar o investimento em educação, a política industrial, "the whole shebang", como se diz nos Estados Unidos, de políticas que a experiência mostrou necessárias para

promover o crescimento. Essas, porém, não são propriamente reformas macroeconômicas, pelo menos no seu sentido tradicional, e não serão tratadas aqui.

Uma leitura equivocada de uma frase famosa de Keynes (a longo prazo estamos todos mortos) levou muitos a supor que para keynesianos o curto prazo é tudo o que **importa**. Na verdade, o sentido da frase era exatamente o contrário, o de que esperar que tudo se arranjasse por si mesmo no longo prazo era uma estratégia equivocada, senão francamente suicida. Chega-se ao longo prazo um passo de cada vez e esses passos são dados no presente, olhando-se,

no entanto, para o futuro. Preocupam-me menos as pressões inflacionárias do presente neste país que o crescimento no futuro em que viverá Carolina, minha neta de seis meses.

Fernando J. Cardim de Carvalho é professor titular do IE/UFRJ Este é o quinto de uma série de artigos sobre a conjuntura econômica atual, com foco maior nos problemas de câmbio, juros e inflação, feitos por renomados economistas a pedido do 'Valor'. Amanhã publicaremos o artigo de Antonio Delfim Netto.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A QUESTÃO DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**Luiz Carlos Mendonça de Barros**

Um dos itens mais importantes na agenda dos debates sobre a economia tem sido a questão da chamada desindustrialização. Termo cunhado para caracterizar uma redução importante na participação da indústria no PIB, ela tem sido apresentada como um dos mais graves problemas a serem enfrentados nos próximos anos.

Na minha leitura existe uma série de erros de diagnóstico - principalmente em relação à China - que estão sendo cometidos pelos que defendem medidas radicais para reduzir a competição das importações de produtos industriais. Pretendo a seguir fazer algumas reflexões que possam ajudar nesse debate.

Eu dividiria as causas que estão por trás da perda de valor agregado na indústria brasileira em dois grupos principais. O primeiro compreende algumas mudanças por que passa uma economia de mercado como a brasileira quando ela amadurece. São forças que não devem ser combatidas, pois os benefícios que trazem para a sociedade são direitos dos cidadãos. É o caso da perda de parte da produção industrial local pelo aumento das importações por conta de um processo natural da abertura comercial de um país.

Vivemos em um mundo em que matérias primas e alimentos valem bem mais do que muitos produtos industriais

Mas quais os benefícios que um aumento das importações pode trazer a uma sociedade como a brasileira, se ele reduz o número de empregos na indústria, questionam muitos? O maior deles é que as importações, ao aumentarem a oferta de determinados bens nos mercados internos, reforçam a competição e permitem que os consumidores tenham acesso a produtos com os mesmos preços e qualidade dos existentes em outros países.

Temos um exemplo recente e emblemático dos benefícios da abertura das importações. Ele aconteceu com os preços do aço no mercado interno. Nossas siderúrgicas sempre trabalharam com um ágio de cerca de 30% em relação aos preços internacionais. Isso apesar de sermos um produtor importante de minério de ferro e que tem, nos custos de transporte marítimo, um item expressivo na formação de seus

custos. Pois nos últimos anos, com as importações representando finalmente uma parte relevante da oferta de aço no mercado interno, esse ágio praticamente desapareceu. Os reflexos dessa convergência de preços internos e internacionais já podem ser identificados, por exemplo, na formação dos preços dos automóveis produzidos no Brasil.

Outra força positiva na economia criada por importações maiores é a utilização de componentes produzidos de maneira mais eficiente e barata em outros países. Ao se fazer essa integração, estamos aumentando o poder competitivo dos produtos finais - de maior valor agregado - que saem das linhas de produção de nossas indústrias. Esse é mais um exemplo de como a redução da produção em algumas áreas permite que se aumente em outras com valor agregado maior, principalmente no setor de bens de capital. Ou, dito em outras palavras, um exemplo em que a perda de emprego em algumas empresas seja compensada pelo aumento em outras, sem que o consumidor seja prejudicado.

Outra força natural que está por trás da perda da participação da indústria no PIB brasileiro está associada ao aumento da renda média do brasileiro nos últimos anos. Esse é um fenômeno que ocorre também em outras sociedades em que a economia de mercado prevalece. A participação da indústria em economias como a chinesa - que tem uma renda média igual a um terço da brasileira - é uma, em sociedades como a americana - com renda três vezes maior do que a nossa - é outra, bem menor. Na próxima década, quando se espera que a renda média do brasileiro dobre em termos reais, é natural que a indústria continue a perder importância relativa para o setor de serviços. Tentar evitar isso, com medidas coercitivas definidas pelo governo, seria agredir o metabolismo de uma economia de mercado em trajetória de expansão e criar desequilíbrios importantes no futuro.

Finalmente, nesse grupo de forças que nascem de uma dinâmica natural de uma economia de mercado, temos a que está associada à importância dos produtos primários na matriz de produção do Brasil de hoje.

Vivemos em um mundo em que as matérias primas e alimentos passaram a valer mais do que um grande número

de produtos industriais. Essa nova realidade reflete-se nos chamados termos de troca, ou seja, a relação entre os preços daquilo que **exportamos** e os de nossas **importações**. Há alguns anos essa relação era próxima de 0,9, ou seja, para cada US\$ 100 que exportávamos podíamos **importar** o equivalente a US\$ 90. Hoje essa mesma relação é 1,35.

A posição do **Brasil** hoje é muito parecida com a dos grandes **exportadores** de petróleo, com a diferença que a força de nossas **exportações** vem de um número grande de produtos primários. Mas o efeito macro econômico é o mesmo - uma moeda forte e valorizada - que prejudica nossa indústria. Nesse sentido vamos sofrer as mesmas dificuldades

das encontradas pela Noruega, Rússia e países **exportadores** de petróleo do Oriente Médio.

No segundo grupo de forças que reforçam a tendência de perda de **produção** industrial estão fatores que podem ser reduzidos ou mesmo eliminados por ações do governo. Voltarei a eles em nosso próximo encontro.

Luiz Carlos Mendonça de Barros, engenheiro e economista, é diretor-estrategista da Quest Investimentos.

Foi presidente do **BNDES** e ministro das Comunicações. Escreve mensalmente às segundas-feiras.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO <b>DILMA SURPREENDE GOVERNADORES NA ARTICULAÇÃO</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Cristiano Romero | De Brasília

"Senhores: os senhores têm problemas e eu também."

Com esta frase, a presidente Dilma Rousseff abriu o café da manhã com governadores do Norte e do Nordeste na quarta-feira, no Palácio da Alvorada, inaugurando nova fase do seu governo. Apesar da sinceridade, fez o introito sem ser rude, com bom humor, surpreendendo, inclusive, governadores de oposição.

A celeridade com que o café da manhã foi agendado chamou a atenção. Os governadores se reuniram na terça-feira, em Brasília, em clima de rebelião. Preocupados com a proposta de reforma tributária em gestação no **Ministério** da Fazenda e com o andamento no Congresso de projetos que afetam negativamente as finanças estaduais, elaboraram um documento - a Carta de Fortaleza - com uma lista de reivindicações.

Durante o dia, a ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, acompanhava a reunião por meio de telefonemas a governadores do PT. No fim da tarde, a presidente telefonou para o aliado e amigo Jaques Wagner, governador da Bahia (PT), para informá-lo de que, a partir dali, a interlocução seria conduzida pela ministra da Coordenação Política, Ideli Salvati, recém-empossada. Acertou também que a ministra encontraria os governadores à noite, durante jantar na sede da representação do governo do Ceará em Brasília.

Ideli foi ao evento com a missão de convidar os governadores para tomar café da manhã com a presidente no dia seguinte, no Alvorada. O gesto, inesperado, mostrou agilidade, senso de oportunidade e uma novidade: o interesse da presidente em sair do isolamento que caracterizou os primeiros cinco meses de sua gestão e tratar pessoalmente de questões políticas.

Para os conhecedores da liturgia de Brasília, a opção pelo café da manhã revelou a tática de desarmar espíritos. "Café da manhã é quase uma coisa íntima. Almoço é para fora, para o público", elogiou um governador aliado. "Ela foi muito rápida. O pessoal chegou na terça-feira, ela resolveu abrir a agenda na quarta e liderou um diálogo muito positivo."

Governadores de oposição ficaram particularmente satisfeitos com a iniciativa de Dilma. "Só de entrar aqui no Palácio já estou gostando", comentou a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini (DEM), ao chegar à residência oficial da presidente. "Mudei minha opinião sobre essa mulher", confidenciou, após o encontro, o vice-governador de Alagoas, José Thomaz Nonô (PSDB). "Não ficou nada sem falar. Ela demonstrou saber de tudo o que estava se discutia na mesa", observou outro tucano, o governador do Pará, Simão Jatene.

Durante a conversa, a presidente ouviu pacientemente queixas e preocupações, mas aproveitou também para falar de suas dificuldades. Uma delas, contou um participante, é "combater a inflação sem derrubar o **PIB** (Produto Interno Bruto)".

A "nova" Dilma nasceu da crise que resultou na demissão de seu principal ministro (Antônio Palocci, da Casa Civil) e na maior derrota sofrida por ela, até agora, no Congresso - a votação do Código Florestal. Não se trata de uma transformação completa, está longe disso, mas já mostra uma presidente menos ressabiada com parlamentares e mais próxima da articulação política.

Um governador ressalva que o encontro de quarta-feira deu certo porque, ali, o ambiente era favorável a Dilma. Os assuntos eram originalmente técnicos, embora tivessem forte repercussão política. "Era quase uma reunião de CEOs sigla em inglês de Chief Executive Officer ", comentou o interlocutor, acrescentando, no entanto, que Dilma começou a demonstrar qualidades políticas. "Ela disse: 'Vamos ver onde podemos nos solidarizar'".

Nos primeiros meses de governo, Dilma se isolou no Palácio do Planalto, delegando inteiramente a articulação política a Palocci. Na verdade, lembra um aliado, o controle político do ex-ministro começou já na campanha eleitoral. O modelo alienou a presidente da classe política e deu a Palocci um enorme poder, embora menor, dizem hoje aliados de Dilma, do que ele imaginava ter.

"Ela tinha e tem essa tendência ao isolamento . O Palocci exacerbou essa tendência para ser o interlocutor único e exclusivo dela", critica um auxiliar da presidente.

Dilma não tem paciência para colóquios com deputados e senadores. Logo no início do mandato, mandou avisar que não receberia políticos do chamado "baixo clero". E considerava o influente líder do PMDB na Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (RN), representante desse grupo. Foi com essa postura que ordenou a Palocci que telefonasse ao vice-presidente Michel Temer, ameaçando demitir ministros do PMDB caso o partido votasse contra o governo no Código Florestal.

Se Palocci realmente tivesse poder, explicam governistas, não teria telefonado para Temer. Em vez disso, teria convencido Dilma a desistir da ameaça ou, no limite, recusado a missão. Já enfraquecido por causa da crise deflagrada pela revelação de seu patrimônio pessoal, o ex-ministro cumpriu a ordem, aumentando a gravidade da turbulência.

"Aquilo mostrou o erro terrível dessa estratégia isolacionista. O Palocci nunca poderia ter envolvido o Temer nessa bravata, afinal, ele é a âncora que a gente tem para, numa crise com o PMDB, chamar e dizer: 'Michel, nos ajude agora'", critica um integrante do governo.

Agora, Dilma, mesmo sem ter mudado suas preferências, está entrando na articulação. Mudou o tom e o comportamento. Está afável, bem-humorada, controlando a rispidez. Um aliado conta que reunir-se com senadores, como ela tem feito seguindo recomendação do ex-presidente Lula, é um "esforço porque ela não gosta".

"A entrada dela na vida política cotidiana é um processo. Ela já está migrando para uma posição mais razoável, do jeito dela", afiança um político próximo da presidente. "Ela tem uma preocupação correta em blindar o erário, exigir conduta no preenchimento dos cargos, mas não pode governar sem política. E isso passa pela cessão de espaços a aliados", diz um governador.

Ao escolher os substitutos de Palocci e Luiz Sérgio, a presidente não ouviu os partidos aliados e contrariou principalmente seu partido. Evitou nomear, para a articulação política, um deputado do PT para não arbitrar a disputa intestina em curso na bancada petista da Câmara. Rejeitou também a hipótese de convidar um deputado de outro partido da base, para evitar "desequilíbrios".

Como as ministras Gleisi Hoffman e Ideli Salvati têm pouca experiência política e não têm trânsito na Câmara, já se avalia no governo a possibilidade de criação de uma força-tarefa de ministros e deputados influentes para ajudar na articulação. O grupo seria composto por Paulo Bernardo (Comunicações), Moreira Franco (Assuntos Estratégicos), Fernando **PIM**entel (**Desenvolvimento**), Édison Lobão (Minas e Energia) e Fernando Bezerra (Integração Nacional).

Na Câmara, a ideia é recorrer a deputados como João Paulo Cunha, ex-presidente da Casa que tem trânsito nas bancadas. O grupo não se reuniria em torno de Dilma, que está mais aberta aos políticos mas nem tanto assim, mas ao lado de Ideli.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>A CHINA DOS PRÓXIMOS CINCO ANOS E SEU IMPACTO PARA O BRASIL</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

**CRISTIANE ALKMIN SCHMIDT**

**Doutora em economia pela EPGE/FGV, professora da FGV e ex-secretária adjunta da Seae/MF**

A China, segunda maior potência mundial e com uma taxa de crescimento do **PIB** de mais de 10% ao longo de pelo menos 20 anos, certamente é um grande jogador internacional. Toda política que ela implemente afetará a economia global, seja pelo fluxo de **comércio**, seja pelos preços relativos de diversos ativos financeiros, ou seja, por seu exército de trabalhadores - cada vez mais urbanos e qualificados. Dado que a China mudará sua estratégia para os próximos cinco anos, que reflexos se sentirão no Brasil?

Há 15 anos, o governo chinês coordenou de forma eficiente sua política macroeconômica, baseado-se em um modelo **exportador** para o crescimento interno. Com meta clara e objetiva, o governo usou todos os instrumentos de política (como juros baixos e incentivo à poupança) para cumpri-la. Seu sucesso, assim, não pode ser questionado.

Meta alcançada, o governo agora tem outro foco: o aumento do bem-estar da população. No dia 12 de março, Hu Jintao (presidente) e Wen Jintao (primeiro-ministro) entregaram ao Congresso Nacional do Povo o 12º plano quinquenal (2011 a 2015). Este se sustenta no tripé: crescimento interno moderado e voltado para o **mercado** interno, inclusão social e **desenvolvimento** verde. Isto é, o governo, depois de produzir o bolo, deseja reparti-lo melhor. Quer promover educação, saúde, proteção social e segurança aos cidadãos, com crescimento menor, conciliando-o com a sustentabilidade do meio ambiente.

**Aceita em abril pelo Congresso, a China promete ao mundo significativas mudanças, além das que já iniciou.**

Mirando esses novos objetivos, o salário mínimo em termos reais aumentou 20% em 2010, percentual que deve se repetir em 2011.

O governo espera criar 54 milhões de empregos nas cidades até 2015, sendo 9 milhões em 2011 e construir mais de 35 milhões de moradias para baixa renda. Para isso, já estão sendo estabelecidas metas que incluam redução de consumo de energia fóssil e de emissão de gases poluentes.

Além disso, os gastos em P&D deverão crescer de 1,5% para 2,5% do **PIB**, indicando que, em futuro próximo, o fator de competitividade não será o baixo custo da mão de obra, mas o alto nível tecnológico. Espera-se que 100 mil graduados passem a se formar ao ano.

O impacto dessas decisões não deve ser menosprezado. Mais ricos, os chineses consumirão mais comida (grande parte **importada**), produtos industrializados (na maioria produzidos na própria China, que deve refletir em menor **exportação** chinesa de manufatura), entre outras mudanças. Assim, a inflação global deverá continuar pressionada nos próximos anos.

Com a inflação chinesa anual em 5,5%, é possível que o yuan se valorize em termos reais em relação ao real. Com maior demanda por energia limpa, é possível que o etanol brasileiro - mais barato que o americano, que é à base de milho - seja a vedete da vez. Com a ampliação de casas populares, a forte demanda por cimento e commodities metálicas não deve arrefecer. E, com uma sociedade mais rica, a demanda por commodities agrícolas deve seguir firme. Por esses pontos, o **Brasil** só tem que festejar.

Por outro lado, a conjunção de uma população mais educada e rica, uma indústria mais organizada, mais tecnológica e menos tributada, um governo capaz de organizar-se bem no tocante ao cumprimento de metas, sendo menos burocrático e mais accountable, poderá converter-se em um problema para o Brasil.

Apesar de a China ser o principal parceiro comercial brasileiro, o inverso não é verdadeiro: a China é mais **importante** para o **Brasil** do que o contrário. Sem mencionar a diferença gritante da pauta comercializada: o Brasil **exporta** matéria-prima e a China **exporta** produtos manufaturados. É uma assimetria que deve ser levada em conta.

Além disso, há um problema que afeta a todos. Hu e Wen querem crescer menos (7%) e manter a inflação mais estável (3%). A primeira parte pode ser alcançada, mas quanto à segunda, há dúvidas. Além da pressão global dos preços das commodities, há uma forte pressão interna por oferta, devido ao aumento de salários acima da taxa de crescimento do **PIB**. O BC chinês aumentou o recolhimento

compulsório e os juros, limitou o crédito, mas a inflação segue subindo.

A nova ordem chinesa, portanto, terá **importantes** impactos globais. O fato de a China ter mudado suas metas provoca mais uma incerteza no cenário internacional para o

Brasil, além de todas as demais existentes. Esse é mais um motivo para o governo brasileiro prezar por mais eficiência e planejamento, menos burocracia e mais accountability de suas metas para com a sociedade.

	VEÍCULO CORREIO BRAZILIENSE	EDITORIA	
	TÍTULO <b>QUEM SE <u>IMPORTA</u> COM O PRODUTO NACIONAL?</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

## JOSEPH COURI

**Empresário e presidente do Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo (Simpí-SP) e da Associação Nacional dos Simpí (presidencia@simpí.org.br %u2014 www.simpí.org.br)**

Uma lei federal aprovada nos Estados Unidos há mais de 70 anos, intitulada Buy American (Compre América), determina que o governo deve dar preferência em suas compras aos fornecedores de bens e serviços locais. Modificada recentemente, a lei passou a atender duas demandas bem atuais da sociedade de consumo: combater a recessão e tentar impedir a invasão de importados em geral. Isso é apenas um exemplo de que até mesmo a maior potência econômica mundial se preocupa com a concorrência predatória e desleal e com o seu mercado interno.

No Brasil, a invasão de produtos estrangeiros é a maior entre os países do Bric (Brasil, China, Índia e Rússia). Dados recentes da Organização Mundial do Comércio (OMC) mostram que o Brasil registrou a maior expansão de importações entre as principais economias nos últimos cinco anos, transformando-se no 20º maior importador do mundo. A participação do Brasil na importação mundial é de 1,3%. Isso se deve ao real supervalorizado e à expansão do consumo doméstico.

Somem-se a isso as empresas que investem em máquinas e equipamentos importados, cujo preço é ilusoriamente metade, porém sem a garantia de peças de reposição e manutenção que, quando solicitadas, geram custos abusivos.

Diante desses dados, devemos comemorar ou lamentar? No mínimo, temos que nos preocupar. Dar preferência aos produtos fabricados no Brasil é um dos caminhos para fortalecer nossa indústria, garantindo mais produtividade e tornando-a competitiva. Quem duvida da nossa capacidade de desenvolver novas tecnologias e produtos desconhece realizações brasileiras como a urna eletrônica, o identificador de chamadas telefônicas e o próprio etanol.

O Brasil, que caminha para ser um dos maiores exportadores de commodities do mundo, com quase 70% do

total, deve começar a reorientar sua política para produtos com maior valor agregado. Hoje compramos manufaturados (muitos de qualidade duvidosa) e exportamos commodities (matérias-primas).

Por isso, uma das principais organizações que representam as micro e pequenas indústrias, o Simpí (Sindicato das Micros e Pequenas Indústrias do Estado de São Paulo), iniciou um movimento chamado "Made in Brasil" (assim mesmo, com "S") - "Compre produtos fabricados no Brasil: o mercado interno cresce, sua empresa agradece e seu emprego permanece".

É preciso agregar valor ao nosso sistema produtivo, qualificar o micro e pequeno empresário, estimular a inovação, oferecer e facilitar o acesso ao crédito, criando um ambiente competitivo para a indústria no país.

É urgente a implementação de políticas específicas para proteger o mercado interno, aumentar o poder de compra e, principalmente, criar mais empregos para absorver o crescimento demográfico das novas gerações.

E gerar emprego é uma das vocações das micro e pequenas empresas, que já demonstraram ser eficiente escudo anticrise. Juntas, elas somam mais de 6,8 milhões de empresas formais e estimam-se em 10 milhões as informais, sendo que as formais são responsáveis por 60% dos empregos diretos, 30% do PIB, 2% das exportações e 13% do fornecimento para o governo.

No auge da crise global, em 2009, as micros e pequenas criaram 1,02 milhão de empregos, ou seja, 91% do total de empregos criados no país.

Quando o consumidor opta por um produto importado de qualidade e preço inferior, em detrimento do nacional, pode literalmente pagar caro por isso. Em casos extremos, com o próprio emprego. O que é atraente e imbatível em termos de preço no exterior, não raro esconde salários mensais de US\$ 30 (algo em torno de R\$ 50), péssimas condições, agressões ao meio ambiente e trabalho infantil.

Ao contrário, priorizar a indústria instalada no Brasil garante que a economia vai continuar crescendo de forma sustentável, com mais emprego e renda, que nossas empresas

vão ganhar escala e competitividade para aumentar sua participação no mercado externo, que as micros se tornem

pequenas, que as pequenas se tornem médias, que as médias se tornem grandes e que estas se tornem múltis brasileiras.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO <b>DISPUTA NO CONGRESSO AMERICANO AMEAÇA <u>COMÉRCIO</u> COM O BRASIL</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Mesmo após avanços no Senado com os contenciosos do suco de laranja e do etanol, reaproximação entre os países pode ser prejudicada com tentativa de cancelar acordo com produtores brasileiros de algodão. Na última semana, uma série de projetos que podem beneficiar as relações comerciais com o Brasil entraram em andamento no Congresso americano. O Senado aprovou a retirada de subsídios ao etanol, o governo desistiu de apelar contra a decisão da Organização Mundial do **Comércio** (OMC), que exige a retirada de sobretaxa às **importações** brasileiras de suco de laranja, parlamentares debatem a possibilidade de isenção de visto para que turistas brasileiros entrem nos EUA. Um retrocesso, contudo, entrou na pauta na última quinta-feira (16). A Câmara americana aprovou uma emenda que acaba com a multa de US\$ 147 milhões que o governo americano terá de pagar anualmente ao Instituto Brasileiro do Algodão (IBA) - disputa ganha pelo **Brasil** na OMC contra os subsídios do algodão.

Para o embaixador Rubens Barbosa, todo o progresso que o novo governo brasileiro tem conquistado para melhorar as relações entre os países pode ser anulado caso esse projeto siga adiante. "Caso aprovado, o cancelamento criará novamente um clima ruim entre os países e gerar um problema para o governo brasileiro", diz. Isso porque o **Brasil** tem o direito de retaliar os EUA até sobre bens de propriedade intelectual. Enquanto a discussão não sai da Câmara, os produtores brasileiros avaliam como positiva a tentativa de reaproximação.

"Se levarmos em consideração o episódio recente do etanol, a desistência da apelação sobre o suco de laranja é positiva, pois é mais um indicador de que os EUA têm interesse em estreitar laços com o Brasil", diz o diretor da Cutrale, Carlos Viacava. Entretanto, os produtores nacionais não tendem a elevar as **exportações** do suco para os americanos com a retirada dos subsídios. "Pagamos hoje uma taxa de **importação** de mais de US\$ 400 por tonelada, que equivale a tarifa média de 25% sobre o volume **exportado**. A prática do zeramento adicionava uma taxa de US\$ 50 nesse valor.

No fim das contas, o **mercado** não se tornou mais atraente. Isso só significa que voltamos ao ambiente de negociações de 4 anos atrás", diz Christian Lohbauer, presidente da Associação Nacional dos **Exportadores** de Sucos Cítricos (CitrusBR). O **mercado** americano absorve hoje 15% das **exportações** de suco de laranja brasileiro. Na década de 1980, essa participação superava 70%. É a Europa o nosso principal **mercado** atualmente, com cerca de 70% de participação das nossas vendas.

### Abertura

No caso do etanol, a queda dos subsídios, que ainda deverá passar pela Câmara, pode motivar a ampliação de investimentos no longo prazo. "Não há projetos em andamento para a construção de usinas hoje, pois a competição com os preços da gasolina tornou a indústria do etanol pouco competitiva. Com a queda dos subsídios, poderemos voltar a investir pensando na **exportação**", diz Marcos Jank, presidente da União da Indústria Cana-de-Açúcar (Unica). O **Brasil** possui hoje 2% das terras aradas voltadas ao plantio da cana.

"Temos muito potencial para crescer. **Exportamos** 70% do açúcar que produzimos, mas só 7% do nosso etanol", destaca Jank.

"Ainda não temos garantia de vitória, mas o episódio simboliza enfraquecimento do lobby do etanol no Congresso americano, em contrapartida ao fortalecimento do lobby do petróleo - que é contra subsídios", analisa Laís Thomaz, do Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais (Ceiri).

### AVANÇO E RETROCESSO

Câmara dos EUA quer quebrar acordo feito com produtores de algodão e cancelar pagamento anual de US\$ 147 milhões ao Instituto Brasileiro do Algodão. Senado aprovou na última quinta-feira a quebra de subsídios ao etanol americano. Emenda deve retornar à Câmara. EUA aceitaram decisão da OMC e devem retirar sobretaxa ao suco de laranja brasileiro.

	VEÍCULO <b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b>	EDITORIA	
	TÍTULO <b>Importações dispararam na Zona Franca de Manaus</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A **Amazonas** fechou os cinco primeiros meses deste ano com um saldo negativo da balança comercial, com as **importações 92,9%** maiores do que as **exportações**. Traduzido em cifras, foram US\$ 4,6 bilhões a mais de produtos e insumos para as indústrias locais do que volume de **mercadorias exportadas**

A **Amazonas** fechou os cinco primeiros meses deste ano com um saldo negativo da balança comercial, com as **importações 92,9%** maiores do que as **exportações**. Traduzido em cifras, foram US\$ 4,6 bilhões a mais de produtos e insumos para as indústrias locais do que volume de **mercadorias exportadas**. Isto porque vendemos US\$ 349,9 milhões para o **mercado** externo e compramos no estrangeiro US\$ 4,9 bilhões em **mercadorias** e insumos.

Os dados são apresentados mensalmente pela Secretaria do **Comércio** Exterior, que faz parte do **Ministério** do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior (**MDIC**).

Em 2010, **exportamos** US\$ 1,119 bilhão, enquanto **importamos** US\$ 11 bilhões. O déficit foi de US\$ 9,9 bilhões, ou seja 89,8% a mais de **importações**.

A China é o país do qual o **Amazonas importa** mais insumos e produtos. Até agora foram US\$ 1,63 bilhão, representando 33% do total. De janeiro a maio de 2010, foram R\$ 1,33 bilhão, ou seja 34% do total. Em seguida aparece a Coreia do Sul (15,03%), Japão (11,58%), Estados Unidos (9,95%), Taiwan (6,68%), Tailândia (4,16%), Malásia (2,62%), México (1,75%), Alemanha (1,73%) e Hong Kong (1,61%).

No mês de maio deste ano, o déficit da balança comercial foi maior ainda, com diferença de US\$ 1,066 bilhão, se comparado aos primeiros meses do ano.

Entre os países que o **Amazonas exporta** produtos industrializados e insumos a Argentina fica em primeiro lugar (30,15%). Depois vem Colômbia (9,97%), Venezuela (9,19%), México (6%), Equador (5,53%), Peru (4,66%), Estados Unidos (4,5%), Alemanha (3,12%) e Paraguai (2,35%), além da provisão de navios e aeronaves (4,92%).

Entre as 10 empresas que mais **importam** insumos para a montagem no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** estão: Samsung, LG Electronics, Nokia, Sony, Moto Honda, Philips, Coimpa Industrial, Semp Toshiba, Petrobras e Envision. Do ranking de **exportação** de produtos do **PIM** constam: Recofarma (produz xarope de refrigerante), Moto Honda, Nokia, Procter & Gamble, Petrobras Distribuidora, Yamaha Motor, Petrobras SA, BIC, NCR **Brasil** - Indústria de equipamentos para automação e Mineração Taboca.

O crescimento das **importações** tem representado um problema para o **PIM**, principalmente para o setor de Duas Rodas, já que as gigantes Honda e Yamaha compram insumos locais enquanto as fabricantes menores **importam** a custo mais baixo da Ásia.



VEÍCULO <b>AMAZONAS NOTÍCIAS</b>	EDITORIA	
TÍTULO <b>Red Bull quer montar fábrica no Brasil, e <u>Manaus</u> é candidata</b>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O presidente da Federação das Indústrias do Estado do **Amazonas (FIEAM)**, Antonio Silva, recebeu na tarde de quinta-feira (16), na sede da entidade, comitiva de executivos da empresa austríaca Red Bull, com interesse em fabricar a bebida energética no Polo Industrial de **Manaus**.

A Red Bull pretende investir R\$ 200 milhões em infraestrutura, linha de **produção** e depósito e mais outros R\$ 250 milhões em capital de giro, empregando cerca de 60 funcionários diretos e cerca de 150 indiretos.

Existe a possibilidade de outros Estados sediarem o que seria a primeira operação de **produção** própria do Grupo Red Bull. As duas fábricas já em operação – localizadas na Áustria e na Suíça – são terceirizadas, responsáveis pela **produção** e envasamento de mais de 4,5 bilhões de latas para o **mercado** mundial anualmente.

A Red Bull é considerada a terceira marca de bebidas mais valiosa do planeta, que vale U\$ 9 bilhões, depois da Coca-Cola e da Pepsi. O **Brasil** é um país estratégico para a implantação da fábrica, pois o cenário de bebidas energéticas está em ampla expansão.

Antonio Silva ressalta que o **Amazonas** possui uma base estruturada para acomodar esse fabricante, destacando os benefícios econômicos e ambientais em desenvolver o processo produtivo no **PIM**. “A Red Bull é uma empresa que vem se destacando neste **mercado** de energéticos pela qualidade de seu produto e pelos investimentos em marketing. Acredito que vincular a sua **produção** no **Amazonas** trará retorno positivo para fortalecer ainda mais sua marca”, diz.